



# Anais da Assembléia

Nº 78

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 29 DE JUNHO DE 1976.

ANO II

## 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 114ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29 de JUNHO DE 1976.

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Luiz Carlos Zuk e Werner Wanderer.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Del Ciel, Gabriel Sampaio, Aginaldo Pereira Lima, Maurício Fruct, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Werner Wanderer e Wilson Fortes (52), achando-se ausentes os Srs. Deputados Dácio Leonel e Waldenício Barbalho. (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,  
destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 52 Srs. Deputados:

CONTINUAÇÃO DA DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição 189/76, veto aposto ao Projeto de Lei 62/76, de autoria do Sr. Deputado José Muggiati Filho, que dispõe sobre o número de Vereadores às Câmaras Municipais e dá outras providências. Parecer da C.C.J., estando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário, por unanimidade. —

O SR. MUGGIATI FILHO — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Com a palavra V. Exa.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O objetivo principal de nossa insistência na discussão desta matéria, Sr. Presidente, é o de que a elaboração legislativa feita neste projeto, deveria ou deverá ser aproveitada desde que aquilo que nos parece representar um equívoco, seja esclarecido.

Tivemos oportunidade de fazer uma referência genérica sobre o projeto na discussão anterior e queremos, hoje, apresentar as nossas contra razões ao veto aposto ao Projeto de Lei 62/76, que disciplina a fixação do número de Vereadores das Câmaras Municipais.

A Constituição Federal de 1967, artigo 15, parágrafo quinto, estabeleceu que o número de vereadores será, no máximo, de 21, guardando proporcionalidade com os eleitores do

município.

Tal dispositivo corresponde ao parágrafo quarto do mesmo artigo quinto da Carta Magna atual e não tem correspondente na Constituição de 1946.

Somente com relação aos legislativos estaduais e federais, estabeleceram-se os efeitos retroativos quanto ao número dos mesmos, e por isso mesmo a Emenda Constitucional de 1969, que diz em seu artigo 188: (Lê)

“Somente a partir da próxima legislatura prevalecerá a redução do número de deputados federais e deputados estaduais”.

Nada se diz sobre os efeitos retroativos que viessem reduzir o número de Vereadores de nossas Câmaras, observando-se que a preocupação do legislador foi a de fixar o máximo de componentes, estabelecido em 21 Vereadores.

Nenhuma Câmara de Vereadores conta mais de 21 membros.

A diferença única introduzida pela Carta de 1947, foi a de que, a partir de então, o cálculo passou a ser feito em relação ao número de eleitores, para se fixar o número de Vereadores..

Ora, entre nós, esse número era fixado, tendo-se em conta o número de habitantes. Tal preceito, que era de natureza constitucional, nasceu com a Carta Estadual de 47, que assim dispunha em seu artigo 126: “O número de Vereadores será fixado por Lei, em proporção que não exceda um para três mil habitantes, não podendo ser inferior a nove e nem superior a vinte”. Essa mesma Carta, no seu artigo sexto, em suas disposições transitórias, estabeleceu o número de Vereadores para a Primeira Legislatura. Visou o ato suprir uma necessidade imediata, sem que se possa, contudo, sequer, pensar em tirar a condição de preceito de Lei premanente, de que se reveste o citado artigo 126, da Constituição Estadual de 1947.

Tanto assim é que em cumprimento à reforma constitucional levada a efeito em 1967, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná só aí, veio a adotar o novo critério de fixação sobre o número de eleitores e não de habitantes.

Convém lembrar, que até aquela data, ou seja, 8 de maio de 1967, mantinha-se o critério anterior, em que a base era o número de habitantes e não de eleitores. Mas, a Constituição de 1967, com relação à matéria nada mais disse além do que está expresso no seu artigo 102: “O número de Vereadores, sempre ímpar, SERÁ FIXADO POR LEI, em proporção que não exceda de um para cada três mil eleitores, não podendo ser inferior a nove e nem superior a 21”.

E assim também foi com a Lei 5837, de 6 de setembro de 1968, que acresceu de UM Vereador a composição das Câmaras Municipais, cujo número fosse PAR, estabelecendo-lhes números definitivos, entendendo-se que aquelas de números ímpares mantinham-se como se encontravam, desde que descabido fosse aumentar-lhes o número. Para efeito de melhor análise, vale a pena o exame detido do texto desta lei, reproduzida em seguida.

Lei 5.837 — Data 6 de setembro de 1968.

Artigo 1º — A Composição das Câmaras Municipais, cujo número seja par, fica acrescida de um Vereador, nos termos do artigo 102, “Caput” da Constituição Estadual.

§ Único: Em consequência, do disposto neste artigo, a composição das Câmaras Municipais, cujo número é par, passa a ser a seguinte:

- I. — 21 Vereadores — Curitiba, Guarapuava, Londrina e Ponta Grossa.
- II — 19 Vereadores — Cornélio Procopio, e Pitanga.
- III — 13 Vereadores — Astorga, Bandeirantes, Cambará, Campo Largo, Castro, Irati, Jacarezinho, Rio Negro, Rolândia, Santo Antonio da Platina, São José dos Pinhais e União da Vitória.
- IV — 11 Vereadores — Assaí, Bela Vista do Paraíso, Campo Mourão, Jaguapitã, Jaguariaíva, Jandaia do Sul, Nova Esperança, Peabiru, Prudentópolis, Reserva e Sertãozinho.
- Artigo 2º — Os Municípios de Altônia, Campo Novo, Céu Azul, Grandes Rios, Madalena, Matinhos, Nova Aurora, Nova Olímpia, Santa Helena e Tapira, ainda não instalados, terão suas Câmaras compostas de nove Vereadores.
- Artigo 3º — A alteração de que trata esta lei se processará à medida que forem realizadas as eleições municipais estabelecidas nos parágrafos segundo e quarto do Art. 142 da Constituição Estadual (Ato das disposições Constitucionais Transitórias).
- Artigo 4º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Verifica-se que, já em plena vigência o novo texto constitucional, que manda calcular-se o número de vereadores pelo número de eleitores, a preocupação legislativa foi a de estabelecer, onde não havia, o número ímpar de membros das Câmaras Municipais.

E o que é mais importante, sempre **ACRESCENDO DE UM** e em nenhum caso, subtraindo um ou mais, mesmo em relação aos municípios cujo número de eleitores não autorizaria mais de nove Vereadores e que são muitos, como se deduz da simples leitura das relações acima, sabendo-se ser necessário, pelo novo critério, que os municípios que contam atualmente nove Vereadores precisarão atingir a casa dos 33.000 eleitores para terem o número de membros de suas Câmaras elevado para 11, necessitando alcançar o número de 63.000 eleitores, no mínimo, para obterem uma composição de 21 membros.

Não se cogitou, de diminuir a composição de nossas casas legislativas municipais, com o novo critério constitucional, que não tem efeito retroativo.

Ao contrário, os novos dispositivos constitucionais mantêm a tradição alcançada através de séculos de evolução do direito e, em relação à matéria vertente, se enquadram perfeitamente na regra da irretroatividade da Lei e no respeito ao direito adquirido.

As Leis que retroagem em sua grande maioria, beneficiam os interessados, ou são ditatoriais. Leis democráticas não retroagem para prejudicar instituições ou pessoas.

“A retroatividade, proclamou-se Benjamin Constant, arrebatada à Lei em seu caráter; Lei que retroage não é Lei”

E WALTER, citado por BARBALHO, e este por WASHINGTON DE BARROS MONTEIRO, afirma que leis retroativas só tiranos as fazem e só escravos se lhes submetem.

Mas, sempre que retroagem declaram expressamente suas consequências. Não se revogam nem se anulam, no todo ou em parte, com a afirmação genérica de — “ficando revogadas as disposições em contrário”. — os efeitos da Lei anterior. Nem se desrespeitam os direitos adquiridos.

A Carta Magna vigente, entre nós, manteve a tradição adotada no artigo 141, § 3º, da Constituição de 1946, repetindo no § 3º do seu artigo 153:

“A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada”.

A Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro define a matéria, quase com as mesmas palavras, embora com maior amplitude, estabelecendo:

“Artigo 6º — A lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a

coisa julgada.

§ 1º — Reputa-se ato jurídico perfeito e já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.

§ 2º — Consideram-se adquiridos assim os direitos que o seu titular, ou alguém por ele, possa exercer, como aqueles cujo começo do exercício tenha termo pré-fixo, ou condição preestabelecida inalterável, a arbítrio de outrem”.

Vale ressaltar ainda, entre os dispositivos da lei civil em foco, as regras de interpretação e aplicação estabelecidas no seu artigo 2º —:

Art. 2º — Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º — A Lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2º — A Lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior”.

A matéria, como se vê, comportaria uma ampla e mais substancial apreciação, não fosse o interesse restrito em se estabelecer uma realidade palpável para o caso específico ora em discussão.

“Sobre tal assunto estatuiu a velha Introdução, de forma lapidar (art. 4º): ‘a lei só se revoga, ou derroga, por outra lei; mas a disposição especial não revoga a geral, nem a geral revoga a especial, senão quando a ela, ou ao SEU ASSUNTO, se referir, alterando-a, explícita ou implicitamente’, ” concluiu esclarecedoramente o eminente civilista pátrio WASHINGTON DE BARROS MONTEIRO ( “Curso de Direito Civil”, 3ª Ed., vol. 1º, pág. 29).

Em razão do exposto, pode-se concluir, sem medo de erro, com relação ao enfocado Projeto de Lei 62/74, que o mesmo não se afastou dos princípios constitucionais citados, parecendo claro que sua vigência, se implantada, dirá respeito exclusivamente a fatos futuros, prevalecendo o princípio de irretroatividade.

Basta ler-se o texto dos seus parágrafos segundo e terceiro para que esta conclusão se sobrepaire a qualquer outra menos exata:

§ 2º — O ato da Câmara de Vereadores será repetido antes da nova legislatura, SEM ALTERAÇÕES SUPERVENIENTES DO ELEITORADO IMPLICAR EM MODIFICAÇÃO DE NÚMERO DE VEREADORES.

§ 3º — A Câmara de Vereadores declarará, mediante Projeto de Lei, SEMPRE QUE FOR O CASO, a fixação do número de seus integrantes, com a antecedência no mínimo, de trinta (30) dias do último prazo concedido para as convenções de escolha de candidatos”.

O artigo primeiro do projeto evidentemente modifica e altera o artigo 28 e seu parágrafo da Lei Orgânica dos Municípios — Lei Complementar Número 2, de 18 de junho de 1973, dando-lhe redação compatível com o disposto no artigo 107 da Constituição Estadual, como se depreende a seguir:

“Artigo 1º — O artigo 28 da Lei Complementar número 2, de 18 de junho de 1973, passa a ter a seguinte redação: “

Art. 28 — Para os fins do disposto pelo Artigo 107, da Constituição do Estado, o número de Vereadores a comporem as Câmaras Municipais, é fixado na proporção de eleitores inscritos nos respectivos municípios, da seguinte forma:

- I — até 32.999 eleitores — 9 (nove) vereadores;
- II — de 33.000 a 38.999 eleitores, 11 (onze) Vereadores;
- III — de 39.000 a 44.900 eleitores, 13 (treze) Vereadores;
- IV — de 45.000 a 50.999 eleitores 15 (quinze) Vereadores;
- V — de 51.000 a 56.999 eleitores, 17 (dezessete) Vereadores;
- VI — de 57.000 a 62.999 eleitores, 19 (dezenove) Vereadores;
- VIII — de 63.000 eleitores acima, 21 (vinte e um) Vereadores.

§ 1º — A Câmara Municipal, tendo em conta os dados fornecidos ou publicados pela Justiça Eleitoral da zona a que pertencer o Município, em ato de sua elaboração, declarará o número de membros que lhe cabe adotar, de conformidade com o artigo antecedente”.

Vê-se por último, que a aplicação da lei dependerá sempre da Câmara Municipal, consubstanciado em projeto de lei, que também não é de iniciativa exclusivamente sua.

Valoriza-se com isso o Poder Legislativo Municipal, o que constitui real inovação com permissibilidade na própria Constituição do Estado (Art. 105) que assegura a autonomia dos municípios.

Não se trata, pois, de projeto de lei que, uma vez aprovado, tenha efeitos imediatos ou auto-aplicação.

Pela sua própria natureza, trata-se de lei orgânica, que traça competência e regulamenta a fixação do número de Vereadores pelas próprias Câmaras Municipais, com a participação do Poder Executivo Municipal, que melhor podem zelar pelos seus direitos e para que os efeitos da lei lhes sejam sempre benéficos.

Não assiste, portanto, razão ao Exmo. Sr. Governador do Estado para vetar o projeto por INOPORTUNO, CONFLITANTE, e NÃO HAVER REVOGADO EXPRESSAMENTE O ATUAL PARAGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 28, DA LEI COMPLEMENTAR 2/73.

Conforme se viu, o projeto prima pela oportunidade, pois como é do conhecimento geral, raros são os municípios que teriam que aumentar seus quadros, e teriam tempo de sobra para fazê-lo.

Sem embargo do respeito que temos tributado às ilustradas decisões do Poder Executivo, neste caso laborou ele em interpretação não consentânea com o real sentido do projeto, apreciando-o como sendo capaz de provocar efeitos retroativos, o que, conforme está evidenciado, não ocorre.

Os segundo e terceiro argumentos invocados traduzem tão somente o jogo de palavras.

Reconhecemos...”

O Sr. Nilso Sguarezi — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Desejo-me congratular com V. Exa., que nesta tarde justifica mais uma vez a seriedade da proposição que V. Exa. apresentou nesta Casa de Leis. Quem prestou atenção à interpretação à explicação jurídica que V. Exa. proferiu, ficou perfeitamente apto a julgar o presente voto. Porque é um princípio fundamental de direito, como bem esclareceu V. Exa. nesta tarde, que devem ser claros os casos em que a lei deve retroagir.

Além dessa exposição jurídica, que dá suporte legal ao projeto de lei que V. Exa. apresenta na oportunidade em que ele se apresenta, e aqui, então, o meu ponto de vista é notório, é de se louvar que exatamente nesta oportunidade, vença esse plano de lei, porque ele é abrangente. Sr. Deputado, ele vai resolver todos os problemas das Câmaras Municipais do Paraná. Esta Assembléia mesmo, ontem, votou um projeto específico para as Câmaras de Vereadores.

Ora, a lei deve ter o sentido de âmbito geral e o que visa V. Exa. é realmente disciplinar esse problema e não ficar esta Assembléia, a cada oportunidade em que deve ser alterado o número de vereadores de uma Câmara Municipal, a fazer uma lei. Até por economia legislativa, Srs. Deputados, o projeto é oportuno. Portanto, me congratulo com V. Exa. e meu voto será contra o veto.

O SR. MUGGIATI FILHO — Agradeço os dourados subsídios de V. Exa., Sr. Deputado Nilso Sguarezi, valorizando nossa argumentação e ilustrando-a.

Prosseguindo, volto à matéria para dizer, “reconhecemos que o texto poderia ter recebido mais acurada redação, e até melhor estilo vernacular e nos penitenciarmos por isso”.

Mas, nem se pode interpretar que todo o ato de elabo-

ração da Câmara Municipal signifique RESOLUÇÃO, mormente quando em seguida se diz que tal ato é o PROJETO DE LEI.

O projeto de lei, porventura não constitui ato de elaboração do Poder Legislativo? Nem por isso se torna ato de competência exclusiva deste mesmo Poder.

Também não se pode dizer que tenha sido revogado o parágrafo único do Artigo 28 da Lei Orgânica quando, em seu lugar, foram colocados 3 outros parágrafos.

Como se viu das conclusões do mestre Barros Monteiro, a lei só se revoga por outra quando esta se referir àquela, ou ao seu assunto, alterando-a explícita ou implicitamente.

Basta que se leia o texto do mencionado parágrafo único do Art. 28 da Lei Orgânica dos Municípios, para se aceitar sua integral revogação pelos parágrafos do Art. 1º do Projeto de Lei em discussão, não bastasse a expressa revogação do seu “caput”.

Eis o que diz o mencionado parágrafo, claramente revogado pelos textos supracitados:

“O número de vereadores, em cada Legislatura, será alterado por lei Estadual, de acordo com o disposto neste artigo tendo em vista o total de eleitores inscritos no Município, até 180 dias antes da eleição municipal, conforme dados estatísticos fornecidos pelo Tribunal Regional Eleitoral

É fora de qualquer dúvida que, acentuando-se este texto estará revogado pelas disposições expressas do Art. 1º, e ainda implícitas de seus parágrafos.

Destarte, não sobram razões de amparo ao Veto e nos parece que o projeto aprovado por esta Casa mantém-se incólume, cumprindo, pela sua aprovação as disposições mandamentais da Constituição vigente, suprimindo-se as lacunas existentes pela ausência da Lei, numa elaboração que, é de se acreditar, o próprio e ilustrado Poder Executivo, em seu elevado descorono, reconsiderando, haverá de convir que é justa e se acha conforme o direito”.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) A Mesa comunica ao nobre orador que falta um minuto para a instalação da Sessão Ordinária e consulta S. Exa. se já terminou sua discussão.

O SR. MUGGIATI FILHO — Eu acabei de concluir minhas razões.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Em discussão. Encerrada a discussão, em votação. Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Lei 62/75, queiram levantar-se. Rejeitado.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Pela ordem) Sr. Presidente, peço a palavra para que V. Exa. me concedesse verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Os Srs. Deputados que rejeitam o projeto de lei queiram levantar-se. Os Srs. Deputados que aprovam o projeto de lei, queiram levantar-se. (Pausa) 18 Srs. Deputados aprovam. 10 Srs. Deputados rejeitam.

— Rejeitado o projeto, mantido o veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 30, às 14.00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição 187/76.

Levanta-se a Sessão.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA  
ATA DA 115ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 1976.

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Luiz Carlos Zuk e Lúcio Machado.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aginaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino,

Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpellini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lincoln Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quêise Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Váiter Pietrângelo, Werner Wanderer e Wilson Fortes (52); achando-se ausentes os Senhores Deputados Dácio Leonel e Waldenício Barbaño (2).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

#### SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte  
EXPEDIENTE:

#### MENSAGENS:

##### MENSAGEM 49/76

Curitiba, 20 de maio de 1976

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 27 de fevereiro de 1976, entre o Governo do Estado e a Universidade Federal do Paraná, objetivando conjugação de atividades no sentido da elaboração e execução de projetos de ensino e pesquisa.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR  
Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

##### MENSAGEM 60/76

Curitiba, 24 de junho de 1976.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 09 de junho de 1976, entre o Governo do Estado e o município de BELA VISTA DO PARAÍSO, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR  
Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

#### OFÍCIOS:

Sob os números 53 e 56/76, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sido SANCIONADO os Projetos de Lei números:

**157/76:** Do Senhor Deputado JORGE SATO, que declara de utilidade pública a "Associação dos Serventúrios de Justiça do Estado do Paraná — ASSEJEPAR", com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 6775. —

#### Agradeça-se

Sob o número 36/76, do Senhor Governador do Estado comunicando haver sido VETADO o projeto de lei número:

**82/74:** Do Senhor Deputado Maurício Fruet, que visa que os órgãos de deliberação coletiva da área do Poder Executivo, serão classificados de acordo com a importância, vulto e complexidade das respectivas atribuições e responsabilidades e que, em tal classificação será fixado o valor da remuneração de presença nas sessões dos referidos órgãos. — À CCJ.

Do Senhor ANTÔNIO MASSARELLI, no qual comunica a posse na Secretaria da Prefeitura desse município de Goioerê, do Suplente de Vereador PAULO REGIS MOLEIRO, na vaga deixada por seu titular, Vereador Benedito Wolski. — Ao conhecimento da Casa.

#### REQUERIMENTOS:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja inserido um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor CATHARINO ZANELLATO, ocorrido hoje nesta Capital. O extinto deixou viúva a senhora Amália Zanellato e os seguintes filhos: Aloir Romano casado com a senhora Cléia Zanellato, Alceu casado com a senhora Marilda Zanellato, Lurdes Maria casada com o senhor Emílio Mattioli e Mariene casada com o senhor Paulinho Marezi.

Requer outrossim, seja dado conhecimento à família enlutada, da decisão do Plenário.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1976.

(a) FUAD NACLI

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente,

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja manifestado voto de profundo pesar pelo falecimento de D. Natália Salomon Bochino, ocorrido no dia 21 transato, aos 63 anos de idade.

O infausto acontecimento enlutou a sociedade curitubana e paranaense em que a veneranda senhora, esposa do renomado odontólogo Dr. Archimedes Bochino, gozava de respeitável estima.

Requer, ainda, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa à família Bochino.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1976.

(a) EZEQUIAS LOSSO

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente,

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja inserido na Ata desta sessão, voto de congratulações à Sociedade Evangélica Beneficente pela passagem do 33º aniversário de sua fundação solenemente comemorada no dia 25 transato.

Fruto de idealismo de respeitáveis personalidades, tais

como os pioneiros Rev. Sr. Parisio Cidade, Rev. Daniel Van de Betez, Rev. João Emílio Henke Alcides Nogueira, Augusto Klenopflatz, Izabel Convét, Airton dos Santos e Ema Carvalho dos Santos, a entidade mantém hoje o maior Hospital particular do Paraná, o Hospital Evangélico de Curitiba, atualmente com 423 leitos e 13 ambulatorios, e único hospital de queimados do território estadual, a exemplar Faculdade Evangélica de Medicina, pela qual já se formaram 141 profissionais, e a bem estruturada Escola de Formação de Auxiliares de Enfermagem.

Digno de destaque é o fato de que a contribuição do Hospital Evangélico de Curitiba, para a saúde da população necessitada, atingiu inestimável cifra desde a sua inauguração, ocorrida em 05 de setembro de 1959.

Requer, outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa à dinâmica Diretoria da Sociedade Evangélica Beneficente, composta pelos Srs. Dr. Waldemar Ens, Presidente; Rev. Carlos Dreher, Vice-Presidente; Dr. Clemente Leite da Silva, 1º Secretário; Rev. Iris Goulart Seixas, 2º Secretário; Rev. Nils Peter Skares, 1º Tesoureiro; Rev. Prof. Archimedes Maranhão, 2º Tesoureiro.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1976.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, se registre na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações à Universidade Estadual de Ponta Grossa, na pessoa do Dr. Álvaro Cunha Rocha, coordenador do Projeto CRUTAC – Ponta Grossa – desenvolvido por aquela Instituição de Ensino, no distrito de Itaiacoca.

Projeto esse, não só pela coordenação, mas por toda a equipe que o compõem, tem desenvolvido um extraordinário trabalho no campo assistencial, social e cultural entre a Universidade e o povo da área rural, com atendimentos condizentes e trabalho dos alunos e Professores que merecem o reconhecimento dos homens públicos, não só no âmbito municipal, mas Estadual e Federal.

Requer, outrossim, que após a aprovação deste, se dê conhecimento à Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1976.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, considerando a atuação brilhante do automobilista OLÍCIO DOS SANTOS, de Assis Chateaubriand, durante o Campeonato Paranaense da última temporada da Divisão Classe "A", quando se classificou para participar da Divisão Especial no Campeonato Brasileiro de Automobilismo, requer à Casa, após ouvido o Plenário, seja inserido na Ata de trabalhos de hoje, votos de congratulações a esse eminente desportista chateaubriense, que certamente dignificará no cenário nacional, como tem feito no âmbito estadual, o nome de nossa terra, o município de Assis Chateaubriand.

Outrossim, requeiro ainda seja dado ciência do presente, ao ilustre automobilista OLÍCIO DOS SANTOS, residente em Assis Chateaubriand.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1976.

(a) EDILSON ALENCAR

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a V. Exa. que após manifestação do Plenário, seja enviado apelo aos Exmos. Srs. Ministro das Minas e Energia,

Ministro da Agricultura e Presidente da Eletrobrás, no sentido da necessidade de que se reformule o critério da eletrificação rural, de sorte a torná-la possível, no menor tempo, como se faz necessário, para assegurar condições e meios para o desenvolvimento e estabilização do meio rural.

Entendemos procedente o apelo, tendo em vista que o atual critério de cooperativa e outros de que se possa valer para levar a eletrificação ao campo, sempre com a participação e ônus do proprietário rural, dificilmente terá bom êxito, mesmo porque, grande parte dos nossos ruralistas, são pequenos proprietários que não tem condições de arcar com o pesado ônus que hoje representa a construção de linhas.

Ora, diante da importância de que se reveste a agricultura na vida econômica do País, responsável inclusive pela sustentação das nossas condições de pagamento, sem dúvida, o maior interessado em aparar o agricultor, não só em termos de produtividade, mas também como condição para sua permanência no meio rural, é o próprio Governo.

Entretanto, na luta desigual em que vive o homem do campo, inclusive pela falta de condições para uma vida com os requisitos mínimos de conforto, o que humanamente aspira, não só para si, mas também para sua família, realmente, a energia elétrica é que lhe propiciará essas condições, para desenvolver a atividade, não só pelo que representa do ponto de vista econômico, mas também movido pelo entusiasmo que sempre encontra na luta com a natureza.

Sem isso, o nosso meio rural aos poucos irá se debilitando e o agricultor continuará, como está acontecendo no Estado do Paraná, ao que se observa, especialmente na região Sul, procurando os centros urbanos, com graves conseqüências, de ordem sócio-econômicas, o que pode ser evitada com ação pronta e efetiva do Poder Público que tem condições e meios para tanto.

Acreditamos que seria uma salutar medida, e que poderá perfeitamente ser concretizada através de convênios, com o Governo do Estado, Ministério da Agricultura e COPEL – Companhia Paranaense de Energia Elétrica, responsável pelo fornecimento de energia elétrica em nosso Estado, que se encontra, ao que se sabe, em condições de executar o plano que o próprio Governo proclama, porém, que entendemos pouco viável, senão difícil, face ao sistema ora adotado.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1976.

(a) LINEU TURRA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a Vossa Excelência que após manifestação do Plenário, seja enviado ao Excelentíssimo Senhor Doutor Reinhold Stephanes, DD. Presidente do INPS, sugestão no sentido de criação e instalação de um Posto de Assistência Médica (PAM) na cidade de Palmeira para atendimento aos associados, que poderá abranger os municípios de Porto Amazonas, Teixeira Soares, São João do Triunfo e parte de São Mateus do Sul.

Tal providência além de melhorar as condições assistenciais aos seus associados, virá aliviar a carga que hoje suporta Ponta Grossa e que por essa razão está com atendimento deficientíssimo, motivando inúmeras reclamações.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1976.

(a) LINEU TURRA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Presidente do Instituto de Previdência do Estado – IPE –, encarecendo junto ao mesmo a necessidade de urgente nomeação ou designação de agente desse Instituto para atendimento na cidade de Nova Londrina.

Justificamos nossa proposição, por termos recebido constantes e justas reclamações por parte de beneficiários do órgão, residentes na cidade de Nova Londrina e em outras adjacentes, obrigados que são a dirigirem-se até Loanda, em busca de seus interesses, ou mesmo, em busca de simples guia ou atestado médico para fins de tratamento de saúde.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1976.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, enfatizando a necessidade em saber se existe responsabilidade ou melhor, responsável no Laboratório Geral do Estado.

Motivo presente expediente: diversos exames desse Laboratório têm fornecido sempre o mesmo resultado; o que não coincide com outros Laboratórios.

Anexo segue duas fotocópis de exames de dois pacientes, feitos no Laboratório Geral do Estado e outros em Laboratórios Particulares, e esta divergência não se restringe apenas a dois pacientes.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1976.

(a) ERNESTO DAL'OGGIO

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais desta Casa, o discurso proferido pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Henrique Nogueira Dorf-mund, Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado, quando da inauguração do novo Edifício do Fórum da Comarca de Bandeirantes, ocorrida em data de 28 do corrente.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1976.

(a) FUAD NACLI

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de atribuições regimentais, requer, ouvido o Plenário, sejam expedidos ofícios ao Departamento de Estudos Econômicos do BANES-TADO S/A., solicitando informações sobre o andamento dos estudos de viabilidade sócio-econômica para implantação de agência na cidade de Amaporã.

Requer, outrossim, envio de expediente ao Banco Central do Brasil indagando àquele organismo sobre o tempo de durabilidade da ação da Resolução número 266 que "cancela temporariamente, a concessão de novas cartas patentes" para abertura e instalação de novas agências bancárias.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1976.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, requer ouvido o Plenário, sejam expedidos ofícios ao Secretário de Educação do Estado e ao Superintendente da FUNDEPAR pedindo providências para regularização da situação da Unidade Polo de 1º Grau, sediada na cidade de Barbosa Ferraz.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1976.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

Notícias oriundas da cidade de Barbosa Ferraz, nos dão conta que a unidade polo de 1º Grau, lá sediada os que acolhe

o número de 460 alunos, atravessa difícil fase para seu funcionamento, notadamente ao que se refere ao seu abastecimento de água.

Tal obra, de infra-estrutura, inexistente, forçando os alunos a se valerem de "garrafinhas de água" para beber e atravessarem situações incômodas quanto à falta de água, necessária à manutenção dos princípios básicos de higiene e limpeza.

Um outro fator justifica nossa proposição. O estabelecimento não dispõe de material didático suficiente, forçando seus professores, que pouco percebem a se valerem de recursos pouco recomendáveis — vaquinhas — ou mesmo disporem de dinheiro próprio para fazer face às necessidades.

Urge que tais situações sejam solucionadas.

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, valendo-se das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, requer ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Diretor-Superintendente da SUNAB, engenheiro PEDRO TOCAFUNDO, pleiteando junto ao mesmo, imediatas e drásticas medidas contra a exploração perpetrada ao consumidor, por inescrupulosos panificadores.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1976.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

Reveladora, corajosa e oportuna a denúncia, estampada na terceira página do jornal "Diário Popular", na coluna INFORME ESPECIAL "DP".

A matéria assume conotações de alertamento às autoridades empenhadas na execução de ordens já exaradas pelo Presidente da República, no sentido de SE PUNIR ESPOLIADORES da economia popular.

É mister que o Senhor PEDRO TOCAFUNDO, presidente da SUNAB, inteire-se da situação provocada por proprietários de panificadoras que, desrespeitando e mesmo ignorando suas portarias, agem ao bel-prazer, impingindo suas escusas vontades às sofridas famílias curitibanas, indefensáveis ante interesses manifestos por estes comerciantes ávidos de lucro fácil, alheios ao baixo poder aquisitivo do povo.

É mister que a SUNAB aja com severidade, estendendo sua ação punitivas aos desrespeitadores da Lei.

# PROJETOS DE LEI:

## PROJETO DE LEI Nº 78/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, APAE, da cidade de Maringá.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1976.

(a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede na cidade de Maringá, a qual pretendemos seja declarada de utilidade pública, preenche todos os requisitos exigidos pela Lei pertinente, e efetivamente, vem prestando os mais relevantes e expressivos serviços à comunidade maringense.

## PROJETO DE LEI Nº 79/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — O município de Francisco Alves, criado pela Lei número 6314, de 14 de agosto de 1972, constituído pelos distritos de Francisco Alves e Rio Bonito, passa a ter as seguintes



divisas.

— Começa na foz do Rio das Antas no Rio Piquiri, entre os lotes nºs 65 e 130, sobe por este, rumo Norte, até o ponto de seu cruzamento com o prolongamento da estrada Divisa Ibrahim e por este rumo ao Norte, até encontrar as cabeceiras do Córrego da Divisa, descendo por este até sua foz com o Rio Xambrê, descendo por este, até sua foz no Rio Piquiri, subindo por este, até a foz do Rio das Antas, ponto de partida.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1976.

aa) IVAN RÜPPEL  
ERNESTO GNOATO

#### JUSTIFICATIVA:

As divisas estabelecidas na Lei 6314, de 14 de agosto de 1972, que criou o município de Francisco Alves, constituído dos antigos Distritos de Francisco Alves e Rio Bonito, avançaram no existente distrito de Cidade Oritê, portanto irregularmente, não obedecendo a citada Lei, e as divisas ora propostas vêm sanar esta distorção, que coincide com o perímetro que limitava os distritos de Francisco Alves e Rio Bonito, ficando, pois em consonância com os termos de Lei que criou o novo Município. Assim sendo espero o apoio e aprovação de meus nobres pares.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No dia 7 do corrente, tivemos oportunidade de estarmos aqui nesta tribuna para fazer uma solicitação ao Prefeito Municipal, muito embora não fôssemos Vereador, e sim, Deputado, no sentido de que aquela autoridade construísse um trevo na confluência das ruas Brasília e Francisco Derossi, com a Rodovia Régis Bittencourt, a BR-116. Justificamos o nosso requerimento, dizendo que a balbúrdia imperava naquela confluência, com o congestionamento de veículos, e, hoje, temos oportunidade de saber, através de um órgão de imprensa que o Sr. Prefeito, através do Departamento de Obras da Prefeitura Municipal de Curitiba, tomou providências, devendo ser o projeto de obra executado por uma empreiteira dentro do prazo máximo de 60 dias, a partir da data da expedição da ordem de serviço, que deverá ocorrer esta semana.

O trevo facilitará o acesso ou saída da Rua Francisco Derossi, permitindo a manobra de veículos com margem de maior segurança, com sinalização de semáforos. Seu custo está orçado em duzentos e sessenta mil cruzeiros, conforme projeto aprovado pelo Departamento de Obras.

Isto que acabamos de relatar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é um atestado eloquente da vontade indisfarçável que tem o Prefeito, de atender problemas, evidentemente, de sua área, da Capital, não se importando se os apelos são de Deputados da Situação ou Oposição.

Portanto, quero registrar o nosso agradecimento ao Sr. Prefeito que apenas 21 dias após a nossa solicitação, houve por bem determinar que seu diretor promettesse para que, no prazo de 60 dias, aquela obra de tão grande importância para a Capital, fosse concluída. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na semana passada, ocupava esta tribuna para responder um apelo do Deputado José Domingos Scarpellini, com referên-

cia à cidade de Apucarana para demonstrar que a intenção do Deputado não era resolver o problema, uma vez que o próprio Deputado tinha conhecimento das medidas tomadas pelo Governo.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, novamente voltou o Deputado à tribuna, não para contestar o que se disse com referência ao problema avocado mas, para fazer menção ao nosso pronunciamento como Deputado nomeado, ou indicado pelo Prefeito Luiz Antonio Piaqui, de Apucarana. Não fui nomeado e nem indicado pelo Prefeito.

Estou nesta Casa desde 1970, eleito pelo povo e referendado em 1974, com a confiança do povo e especialmente da região do Vale do Ivaí.

Não é minha pretensão criar polêmica, com o Deputado Scarpellini, mas apenas limitei-me a responder o meu apelo que julgava o assunto encerrado. Mas o nobre Deputado voltou a fazer menção.

Com essa insistência em formular coisas sem resultado algum, quero citar uma lenda de Miguel Ângelo. Diz que um moço havia conseguido surpreendente habilidade. À certa distância atirava com espantosa precisão, alfinetes num tablado, descrevendo com eles várias figuras, as mais variadas. Sua fama chegara aos ouvidos do Rei, que pediu para assistir a esse espetáculo.

Após a exibição, o Soberano determinou que premiassem o moço com dez moedas de ouro, ordenando também, que lhe dessem dez chibatadas, explicando assim a sua atitude.

As dez moedas de ouro, são pela habilidade do jovem; as dez chibatadas são pelo tempo que perdeu aperfeiçoando-se numa habilidade inútil.

Pois bem, Srs. Deputados, esse moço, pela sua habilidade, conseguiu fazer uma excelente campanha eleitoral e foi contemplado com uma excelente votação.

Agora julga que é de alguma utilidade vir hostilizar o Prefeito de Apucarana, Prefeito eleito pelo povo, que está trabalhando vindo trazer a esta Casa coisas inúteis e que em nada resultam quando deveriam, isto sim, procurar atender o povo, discutindo assuntos de interesse eleitoral e da cidade de Apucarana, como por exemplo, o acesso à Vila Apucarantina e outros loteamentos ao Norte de Apucarana, que foram cortados pela via férrea e que há necessidade urgente de atendimento a construção do viaduto, o qual cabe à Rede Ferroviária Federal.

É preciso cuidar, Sr. Deputado. V. Exa. recebeu as moedas do povo, principalmente de Apucarana e já tem um exemplo de vários políticos que passaram por lá, que poderão dar também as chibatadas pela inutilidade de seus pronunciamentos. —

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Domício Scaramella.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Apresentamos, nesta tarde, dois requerimentos. E, vamos justificar os mesmos e fazer um apelo aos nobres Pares para a sua aprovação.

Um deles, é com referência a um acesso da Estrada BR-153 à cidade de União da Vitória: (Lê).

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhada sugestão ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, no sentido de que aquela autoridade federal estude a viabilidade da construção de uma via de acesso ligando a BR-153 à cidade de União da Vitória a uma distância de 5 quilômetros.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1976.

#### JUSTIFICATIVA:

A presente sugestão, Sr. Presidente, justifica-se pois, com a

construção da BR-153, que passa ao lado da cidade e sem o devido acesso, a cidade de União da Vitória ficaria isolada prejudicando assim os moradores da mesma e os usuários da BR-153.

E a nossa justificativa, Sr. Presidente, é a seguinte: A cidade de Joaçaba, em Sta. Catarina, numa extensão de 12 quilômetros, o Governo Federal já fez a sua ligação. União da Vitória, há mais de dois anos apresentamos um projeto nesta Casa, aprovado por este Plenário e o ex-governador teve a bondade de não vetá-lo.

E este apelo vai hoje para as autoridades federais para que União da Vitória fique esquecida.

Mais um requerimento, Sr. Presidente e Srs. Deputados: (LÊ):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência seja enviado ofício ao Sr. Presidente da TELEPAR Companhia de Telecomunicações do Paraná, no sentido de que o mesmo informe o andamento da instalação dos postos telefônicos das cidades de Cruz-Machado, Bituruna, General Carneiro, Porto Vitória, Paula Freitas, Paulo Frontin, postos estes que constam do programa da TELEPAR, a mais de 24 meses.

#### JUSTIFICATIVA:

O presente pedido justifica-se, pois a instalação desses postos viriam beneficiar, com mais rápida comunicação, que muitas vezes dela necessitam.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1976”.

A nossa justificativa é a seguinte:

Estão se aproximando as eleições de 15 de novembro; já houve nas eleições passadas, a promessa da criação da instalação destes postes telefônicos desses municípios. Vai aqui um lembrete ao Sr. Diretor, Presidente da Telepar, para que nas vésperas das eleições, não seja novamente, dado publicidade das instalações destes postes. Esta nossa interrogação a S. Exa. o Sr. Diretor-Presidente, é uma informação para que nós possamos controlar o pleito eleitoral que se avizinha.

É o apelo que eu faço aos nobres Pares.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Rosário Pitelli, quarto orador inscrito.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): “Entendemos ser um fato muito importante o que diz respeito à família, objetivo básico da prioridade concedida ao homem, dentro do quadro global dispensado pela Resolução de 1964, à comunidade brasileira.

Em todas as medidas em execução quer no terreno previdenciário e social, como no habitacional, o nosso Estado tem participado com certo destaque.

Embora a legislação reconheça os direitos do cidadão ainda em sua face de gestação, na verdade, o exercício desse direito exige inicialmente o seu registro de nascimento.

Esse documento número um da vida civil de todos nós, indispensável para a totalidade dos atos públicos e particulares do indivíduo. Sem estar de posse de seu registro, o cidadão não pode sequer ser dependente ou associado a instituição previdenciária, não ser matriculado em nenhuma escola, não pode sequer também obter carteira de identidade.

Se for menor não poderá sequer provar essa minoridade e se maior, não pode obter nenhum documento militar e título de eleitor, para cujo exercício é obrigado legalmente. Assim também não podem muitos e muitos brasileiros idosos pleitear sua aposentadoria em nenhuma das modalidades concedidas pelo Governo da Revolução, através os órgãos especialmente criados para tal fim, como o FUNRURAL e outros.

Nós vamos discutir, se o preço desse registro que varia, de

conformidade com o lugar, entre 130 e 200 cruzeiros, é a causa principal da existência de tantas pessoas não registradas.

O fato é que o não registrado não existe civilmente na comunidade, e portanto, não se pode exigir que ele cumpra as obrigações dos demais cidadãos.

Em face da importância desse fato, entendemos que dever-se-ia encontrar uma forma legal, rápida e eficiente, para desencadear-se uma campanha nesse sentido.

A campanha poderia ter a orientação da Secretaria de Justiça, com a cooperação das comunidades, das municipalidades, dos clubes de serviços e das escolas.

Feito o levantamento, seria procedido o respectivo registro por um preço fixo e até simbólico para as pessoas de qualquer idade, independentemente também por igual de ter ou não ter as pessoas os recursos econômicos necessários para o indispensável registro.

Estamos certos, Srs. Deputados, que os próprios senhores serventários da Justiça, patriotas como todos, hão de colaborar para tão meritória campanha, que dará oportunidade de integração comunitária a milhares e milhares de brasileiros.

Fica pois a sugestão, tenho convicção de que o próprio Governo do Estado se sensibilizará no objetivo de se procurar normalizar a desajustada situação de tantas criaturas humanas ainda marginalizadas”.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, quinto orador inscrito.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): “A LIÇÃO DEMOCRÁTICA DE PORTUGAL.

As eleições portuguesas, feridas no último domingo, num clima de ordem e civismo, após livre e intensa campanha eleitoral, servem para o mundo e especialmente para nós brasileiros como o atestado de vocação democrática do nobre povo lusitano.

Saído de um período negativo de meio século, sob o comando reacionário da direita Salazarista, o POVO PORTUGUÊS deu o exemplo a muitos incrédulos governos de que o povo sabe e deve ser sempre consultado sobre seus destinos.

O Portugal de hoje, em menos de dois anos de transição, saindo de uma tirania absoluta, encontra o melhor modelo que as novas ideologias conceberam para governar as nações livres e cultas. Primeiramente, elegeram livre e democraticamente uma Constituinte, que consubstanciou na nova Constituição Portuguesa, a busca incessante da liberdade, amoldando-a ao sistema econômico do Socialismo, indiscutivelmente o caminho irreversível dos povos cultos e democráticos. Sob o império da nova organização, os lusitanos reaparecem ao mundo com a mesma decisão dos seus antepassados navegadores, evitando golpes para construir uma nação em que a igualdade de participação seja efetiva e tenha o Estado português, através de governos escolhidos livre e diretamente pelo povo, a competência de afirmarem aos governados, o que afirmou o Presidente eleito Ramalho Eanes, de apenas 41 anos de idade, quando disse ao povo português: “A lei e a ordem serão cumpridas e mantidas a qualquer preço. A minoria deve respeitar a vontade da maioria”.

Ora, laços indissolúveis e históricos unem Brasil e Portugal. A lição de Portugal deve ser perseguida pelos brasileiros, agora mais que nunca. Não se equiparam as potencialidades de nossa pátria com a limitada terra lusitana, no entanto, em menos de dois anos, restabelece-se lá o ESTADO DE DIREITO, objetivo que buscamos a mais de doze anos aqui e que cada vez parece distanciar-se mais e mais. Os portugueses demonstraram, que idéias se combatem com idéias e com leis. Onde não existir o império da lei, onde o povo não for chamado a escolher os seus dirigentes, sempre haverá a renda sinistra dos inimigos da democracia e dos regimes totalitários.



As eleições presidenciais em Portugal, colocaram os extremistas nos seus verdadeiros lugares. Nem extrema esquerda, nem extrema direita. Nem comunismo, nem capitalismo, mas o humanismo real e salvador do socialismo, caminho que a humanidade, na sua irreversível caminhada haverá de adotar. Portugal deu o exemplo, vamos também nós, vencer os extremistas pelo voto a única arma que um povo deve utilizar para resolver seus problemas, pois votar livremente é exercer direito e ter liberdade”.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Concedo a palavra ao sexto orador inscrito, Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que nos traz à tribuna nesta tarde, é para apresentarmos um requerimento, do qual eu me permito fazer a leitura. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, requer após ouvido o Plenário, encaminhe-se sugestão à FEDERAÇÃO PARANAENSE DE FUTEBOL, CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPOSTOS e à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, no sentido de incluir nos testes da Loteria Esportiva Federal, os jogos disputados pelo Campeonato da Primeira Divisão de Futebol Profissional do Estado do Paraná.

Tal sugestão tem como justificativa o fato de que esta inclusão, além do apoio, tem a finalidade de promover para todo o País o nome dos Clubes participantes do referido Torneio, assim como, do nome de suas respectivas cidades e principalmente nosso Estado, que vem sendo apoiado tão somente pelos órgãos de divulgações, não contando com o apoio e incentivo dos Poderes Públicos.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1976.”

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Tal sugestão tem por justificativa darmos, através deste Poder, maior importância ao futebol da primeira divisão. Entendemos que a primeira divisão de profissionais que disputam neste Estado as competições, vêm recebendo tão somente o apoio da imprensa falada, escrita e televisada deste Estado.

Achamos por bem a inclusão desses clubes nos testes da Loteria Esportiva, porque assim valorizaríamos os clubes e as cidades que sediam esses clubes. Essas cidades e esses clubes se tornariam, automaticamente conhecidos no âmbito nacional e, conseqüentemente, o nosso Estado também levaria assim mais clubes para o teste da Loteria Esportiva Federal.

Era a nossa justificativa.

o sr. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Concedo a palavra ao sétimo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A região oeste do Paraná é constituída, hoje, por cerca de 2 milhões de habitantes que correspondem a um positivo fator de crescimento econômico deste Estado, e a prova evidente está na sua alta capacidade agrícola e industrial que vem se verificando nos últimos 5 anos, de modo mais efetivo.

Os seus 500 mil eleitores atestam também a sua capacidade política e social para que possa ser imbuído de responsabilidade para mover o desenvolvimento nos setores sócio humanos do Estado do Paraná.

Por exemplo, a produção de soja, representa, só na região Oeste, quase a metade do que o Estado produz. Fala-se que no Paraná o total de produção de soja vai além de 4 milhões de toneladas. Pelas estimativas mais recentes, o Oeste do Paraná capitaliza para si, no setor dessa produção, aproximadamente 2 mi-

lhões de toneladas. Da menta, a região oeste do Paraná é a maior produtora mundial, detendo cerca de 60 por cento da soma mundial, e isto corresponde a 80 por cento da produção do Paraná. O milho representa uma das maiores fontes de riqueza que tem o Paraná, um dos primeiros exportadores do produto. Arroz, trigo e tantos outros cereais de primeira grandeza que carregam divisas para os cofres públicos do Estado e da Nação, são cultivados nos solos paranaenses.

Em consonância com o esforço agro-industrial e com esta afirmação econômica, a população tem se afirmado também em outros aspectos, e é por isso que se reconheceu em 1972, a necessidade da instalação dos primeiros cursos superiores na região oeste do Paraná. Cascavel, que lidera não por vontade sua, mas por vocação de todo o povo que habita aquelas plagas, buscando a concentração estratégica da geografia regional, entendeu que era chegado o momento de instalar, em agosto de 72, os primeiros cursos superiores naquela região. E foi assim que surgiu a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cascavel, através de competente Decreto Federal, assinado pelo então Presidente da República em 1965, através das gestões de estudantes, profissionais liberais, professores e representantes populares, num composto de progresso cultural, econômico e social, equilibrando todos os fatores da equação de desenvolvimento. A faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cascavel, formou em 1975, a sua primeira turma de licenciatura curta, fruto de esforço conjunto do povo da região.

Em 26 de junho de 1976, a realidade e a pujança do Oeste do Paraná, ensejou novo resultado desse esforço e formou a primeira turma dos 4 cursos existentes, com 80 bacharelados do curso superior em Licenciatura Plena.

Participou como paraninfo da turma, a convite de todos os cursos, S. Exa. o Ministro da Educação, que, por sua vez, deve ter entendido a necessidade de prestigiar e de ver o Oeste Paranaense e especialmente Cascavel, onde retornou após o decurso de 10 anos.

Acreditamos que as 5.000 pessoas que se acotovelavam na Igreja Matriz de Cascavel, deram ao Ministro da Educação a certeza e o atestado da capacidade social, política econômica e cultural daquela região, que é a soma de brasileiros vindos de todos os recantos e de todos os Estados desta República.

Naturalmente, em sua fala, a oradora da turma, senhora Picoloto, à qual peço vênias a este plenário para prestar aqui uma homenagem, falou em nome não só dos formandos, mas declinou o pensamento e a vocação do Oeste do Paraná, fazendo de modo velado um requerimento pedindo a S. Exa. o Ministro da Educação e Cultura, que se conscientizasse e levasse para o Planalto Central a idéia de que o Oeste paranaense realmente precisa da sua Universidade, que é um imperativo da consciência da aspiração regional, para que não haja estrangulamento e desequilíbrio no desenvolvimento levado a efeito pela economia, pela pujança e pelo civismo do povo daquela região. E acreditamos que outros deputados já tem incorporado esse pensamento e essa filosofia regional de se instalar ali outros cursos, para que se possa aglutinar a soma necessária para se constituir uma Universidade. E é por isso que louvamos a atitude do deputado Luiz Alberto Oliveira que aqui mesmo, reconhecendo também a necessidade e a pujança do Oeste do Paraná, buscou a sua interpretação e seu apoio para que se criasse a Universidade do Oeste do Paraná.

Já entramos aqui com um pedido para que se conseguisse ouse: autorizasse a Faculdade de Agronomia, juntamente com as Faculdades de Ciências Econômicas ou de Ciências Contábeis e Administração, que estão na iminência de serem ativas, reconhecidas e instaladas.

Pedimos então desta tribuna, a todas as autoridades do setor, que se sensibilizem pelo movimento e se conscientizem da realidade oestina, que tem trazido uma pujança e uma afirmação do povo da nossa querida terra dos pinheirais, e também

valorização do Oeste do Paraná no cenário sócio-político cultural e econômico deste País e sobretudo deste Estado do Paraná.

Deixamos este apelo para que os Senhores Deputados, ao se conscientizarem no dia a dia de todos os temas legislativos, também avoquem para si o direito e o dever, como paranaenses e paranistas, para que trabalhem no sentido de se conscientizar e se concretizar a Universidade do Oeste do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Com a palavra o Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, oitavo orador inscrito.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos a tribuna nesta tarde, para o seguinte requerimento à S. Exa. o Sr. Governador do Estado: (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja enviado ao Sr. Governador do Estado do Paraná, ofício no sentido de que seja estudado, com urgência, uma melhoria aos Delegados de Polícia de carreira, em seus vencimentos.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1976.”

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Temos ocupado esta tribuna por diversas vezes para tecermos críticas contra alguns Delegados de Polícia do nosso Estado.

Não seria justo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que este Deputado criticasse nos momentos precisos aos Delegados de Polícia e deixassem de lutar pelos mesmos nas horas difíceis por que passam.

Vejam, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e pasmem: o delegado de carreira do Estado do Paraná, como todos os Delegados de carreira do País, é um elemento que fez um curso de Direito, é um elemento que prestou um concurso para servir como Delegado de Polícia.

Em 1976, está ganhando um Delegado de Polícia de primeira classe a irrisória importância de Cr\$ 4.386,00; para o de segunda classe, a importância de Cr\$ 3.991,29; terceira classe Cr\$ 3.596,52; quarta classe, Cr\$ 3.421,80.

Há poucos dias, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta Casa aprovava o vencimento para os promotores públicos. Merecidos vencimentos, merecido o aumento. Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não é justo que um promotor público substituto perceba por mês mais de dez mil cruzeiros, enquanto que um delegado de polícia de primeira classe, o que mais ganha, percebe a importância de Cr\$ 4.386,00. O promotor público, Sr. Presidente, tem o seu expediente fixo, o juiz de direito também o tem. O Delegado de polícia não tem hora marcada para atendimento.

Quantas e quantas vezes, eles são chamados alta madrugada para atender à paz social de seus municípios, da comarca que ele representa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — V. Exa. tem mais um minuto para conclusão de sua oração.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Arriscando sua vida, muitas vezes e a de seus familiares, para o cumprimento de sua função; o que não acontece com juizes de direito e promotores públicos.

Seria, Sr. Presidente, este estudo que nós requeremos a S. Exa. o Sr. Governador do Estado, até como uma medida de incentivo ao concurso para a carreira de delegado de polícia.

Nós requeremos, Sr. Presidente, após ouvido o Plenário, tendo em vista que é um pedido justo, que seja oficiado ao Sr. Governador do Estado no sentido que ele estude uma posição melhor nos vencimentos dos delegados que estão no interior do

Estado, a velar pela paz social nossa e de nossos familiares. Muito obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Enéas Faria.

A Mesa lembra aos Srs. Deputados que por cumprimento da Resolução 45/76, os Deputados inscritos terão até 30 minutos para falar; os outros trinta, estão reservados aos Líderes de bancada.

O SR. ENÉAS FARIA — Pretendia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estender-me em algumas considerações, para melhor fundamentar e justificar o requerimento que pretendo propor a esta Casa. Vou, entretanto, restringir-me, por solicitação de outros Companheiros Deputados que antevendo o final do período e necessitando da tribuna, apelam no sentido de que possamos todos, hoje, ter oportunidade dela fazer uso e, daqui atuarmos.

Mas, entretanto, antes que faça regimentalmente a leitura do requerimento, gostaria, rapidamente, de mostrar à Casa, a estranheza que invade, não só a mim, não só a outros Deputados, mas, que está a acometer a todos quantos se deparam a analisar, a ler, e a ver o que ocorre na área do Poder Executivo.

É preciso que se rememore que de algum tempo para cá, o Paraná de certa forma tem sido prejudicado, ou preterido e melhor ilustração não poderia haver, do que a que forneceu ontem a passagem, pela tribuna, de dois ilustres Deputados:— o Deputado Luiz Alberto Oliveira, verberando a favor da construção da ferrovia Guarapuava-Fóz do Iguaçu, prometida prioritariamente nesta Casa, pelo Governo Federal; prometida nesta Casa, pelo Presidente da Binacional de Itaipu. E que agora, cai da condição de prioritária, para ser relegada a uma outra situação.

Não faltou levantar-se a voz, nesta Casa e o fez o Deputado Arenista, pleiteando e veementemente junto ao Governo Federal, que revisse a posição que prejudica e marginaliza o Paraná. Passou por esta tribuna, também ontem, o eminente Deputado Valter Pietrângelo e daqui fez também considerações, todas elas marcadas pelo cunho da realidade de que, mais uma vez o Paraná se via prejudicado, tanto pela existência de uma resolução do Senado da República, contra a qual ou pretendendo a modificação dela tem-se levantado vozes governamentais em todos os outros Estados da Federação, sem que do Paraná nada se ouvisse até então.

Poder-se-ia dizer que esta Casa, quase que no cotidiano, tem levantado o problema do sistema viário do Estado, a mostrar que o Paraná clama e necessita por melhores e mais rodovias.

Não tem faltado, nesta Casa, a voz de atuantes Deputados, mostrando a ineficiência, a omissão e o descaso em tantos setores de atividades e que, em última análise, num quadro assim rapidamente traçado, acaba por mostrar que efetivamente o Paraná se ressentia, em verdade, de uma atuação mais incisiva, mais viril e mais corajosa por parte exatamente daqueles que hoje detêm o poder em maior quantidade, por parte daqueles que enfeixam, em verdade, o poder nas mãos.

Pouco, quase nada, rímda, e timidamente se manifesta, vez por outra, o Poder Executivo. Talvez para mostrar que ainda exista e bruxuleia por lá alguma vontade paranista, pretendendo que este Estado ascenda a sua real condição na Federação brasileira.

Mas em contrapartida Senhores e a minha estranheza e prometi não me alongar, em contrapartida, no entanto, não se cansa a imprensa de noticiar, não se cansam os arautos do Governo de informar, um permanente e constante ir e vir dos homens que detêm cargos no Poder Executivo, a cruzar o Estado do Paraná, a cruzar as fronteiras paranaenses, e jamais

sem outras preocupações anunciadas, até mesmo a extravasar as fronteiras nacionais.

Em verdade os homens a quem compete a responsabilidade do Governo, estão numa febril atividade a responder tudo isso, mas atividade que se detecta apenas num sentido e de forma enfática. Num sentido, volto a dizer, de ir e vir, de cruzar terras e ares por este Brasil afora, por este Paraná todo.

Quero aqui também, antes da leitura deste requerimento, dizer que entendo e compreendo, que ante o sistema vigente as fontes de decisão e as fontes de recurso estão deslocadas para outros lugares, e se faz até necessário que se busquem esses caminhos, que se atinjam esses objetivos na perseguição de melhores condições para a vida paranaense.

O que não se entende, o que se estranha, o que é questionável, é que este afã inteiro não se conheça os resultados; se anuncia cotidianamente, o caminhar de agentes do governo; se anuncia cotidianamente, tais e tais viagens desse ou daquele homem, com responsabilidade na área executiva.

Entretanto, nada se informa, do que faz, do que busca, do que pretende e até hoje, pouco ou nada se viu, dos resultados exitosos ou com insucessos, obtidos nessas andanças permanentes.

É, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no sentido de colher estas informações, de saber o que realmente ocorre; e pretender conhecer o quadro em que está situado o Paraná, através do conhecimento que esses viajores governamentais possuem, que pretendo formular este requerimento, com nenhuma outra intenção além do que aquela que está explicitamente contida, no texto que irei ler.

Entendo, volto a dizer, da necessidade de assim se proceder, mas injustificável é, não se dar ciência ao povo e ao Paraná, do que se obtém, do que se busca, do que se consegue.

Passo à leitura do requerimento: (Lê):

“Senhor Presidente.

A atualidade da vida brasileira impõe que se conheça uma realidade; se a lei e o Direito estabelecem limites de competência e marcam os horizontes de atuação entre os Poderes Federal e estadual há, no entanto, que se proclamar que na medida em que se engrandece, em poderes e forças, o Governo da União, debilitam-se as condições dos governos estaduais. De fato, portanto, o Governo Estadual se coloca como simples caudatário das intensões maiores, mormente quando o Governador do Estado se vê alçado a essa posição nas condições que as regras até agora estipularam.

Decorre, disso, que as fontes de decisão e de recursos, inclusive, financeiros, mesmo no que concerne ao Estado, se deslocaram, e cumpre, então que para gerir a coisa pública estadual se vá perseguir os melhores instrumentos além-fronteiras.

Tal fato faz com que a Administração Estadual, por todos os seus setores, se veja na contingência de estabelecer uma autêntica ponte entre os interesses estaduais e os fornecedores de recursos e chanceladores de planos e programas, onde avulta um “ir-e-vir” dispendioso, permanente e nem sempre exitoso.

Conhecer tal realidade e exercitá-la, imposta pela sistemática vigente, não implica, todavia, em passividade a quem, por dever, é imposta a função fiscalizadora e nem em omissão, a qualquer título, a quem cabe executá-la.

Reconhecido o fato, é preciso da mesma forma que se reconheça a necessidade que tem, legal e moral, o Poder Executivo de informar das intenções que o movimentam e dos resultados que, eventualmente, possa ter auferido.

O que se mostra estranhável, inaceitável, incompatível e até mesmo reprovável é que o povo paranaense, o grande interessado e o financiador do constante cruzar de terras, mares e ares não conheça o que se passa, os objetivos que se procura e as conquistas ou os insucessos que possam ter advindo.

Assim considerando e entendendo, o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais.

REQUER, ouvido o Plenário, que se encaminhe expediente, por inteiro teor deste documento, ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, requisitando as seguintes informações:

#### I – NO ÂMBITO ESTADUAL

1.— Quantas viagens a municípios do interior do Estado foram realizadas, em 1975 e em 1976, e quais as programadas para o restante do ano?

- a) Discriminar, as Secretarias de Estado, Departamentos, outros setores da Administração, inclusive o Governador e pessoal do Palácio do Governo.
- b) Por setor, que objetivos determinaram cada um desses deslocamentos?
- c) Que resultados foram obtidos?
- d) Qual o custo de cada uma dessas viagens, relacionando-se transporte, estada, diárias, representação e outras despesas de qualquer tipo?

#### II – NO ÂMBITO NACIONAL

1.— Quantas viagens foram realizadas em 1975 e em 1976, e quais as programadas para o restante do ano?

- a) Discriminar, as Secretarias de Estado, Departamentos, outros setores da Administração, inclusive, Governador e pessoal do Palácio do Governo.
- b) A que cidades e Estados (inclusive Distrito Federal) se destinaram tais viagens?
- c) Por setor, que objetivos determinaram cada um desses deslocamentos?
- d) Que resultados foram obtidos?
- e) Qual o custo de cada uma dessas viagens, relacionando-se transporte, estada, diárias, representação e outras despesas a qualquer outro título?

#### III – NO ÂMBITO INTERNACIONAL

1.— Quantas viagens foram realizadas em 1975 e em 1976, e quais as programadas para o restante do ano?

- a) Discriminar, as Secretarias de Estado, Departamentos, outros setores da Administração, inclusive, o Governador e pessoal do Palácio do Governo.
- b) A que países se destinaram essas viagens, estabelecendo-se os roteiros usados?
- c) Por setor, que objetivos determinaram cada um desses deslocamentos?
- d) Que resultados foram obtidos?
- e) Qual o custo de cada uma dessas viagens, relacionando-se transporte, estada, diárias, representação e outras despesas de qualquer tipo?

IV – Foram realizadas viagens pelo Governo, por Secretários de Estado, Diretores ou qualquer ocupante de cargo em Comissão, sem ônus para os cofres públicos estaduais?

- a) Quais os funcionários que efetuaram viagens nessas condições?
- b) Qual o tempo em que ficaram afastados ou licenciados em cada uma de tais viagens, e, especificar se se descolaram em missão governamental, credenciados pelo Governo, de modo a em tais períodos, continuar a perceber, vencimentos, salários e vantagens, pelos cofres públicos?

V— Mantidos os mesmos itens de indagação, relacionar informações com relação aos demais Entes Jurídicos de que o Estado participe integral ou majoritariamente, como Companhias de Economia Mista, fundações Empresas Públicas, Autarquias, etc.

A Constituição Estadual não prescreve prazo para que o Exmo Sr. Governador do Estado forneça ou remeta ao Poder Legislativo informações requeridas, o que, entretanto, o faz com

relação aos Senhores Secretários de Estado, e, por consequência, aos demais ocupantes de cargos em comissão.

Todavia, se nos afigura, por dever de ética e por economia, que se deva comunicar diretamente ao Chefe do Poder Executivo a intenção proposta, e através dessa autoridade colher tais informações.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1976."

Poderia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, parecer que a pretensão seja altamente dispendiosa em tempo, para que se fizesse uma pesquisa nos escaninhos do Governo para saber, desde a posse do Governo, até hoje, o que se fez, o que se realizou, nesse sentido.

Mas, aqui quero creditar minha confiança no cuidado, no zelo, que tem, ou possa ter, o Poder Executivo no sentido de resguardar-se também nesse aspecto, fazendo constar nos seus relatórios, nos relatórios de suas atividades, atos, atitudes, atuações que possam ter desenvolvido, ou que venham a desenvolver.

Gostaria também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, entendendo o expediente da protelação da discussão e votação dos requerimentos, considerar, em particular à eminente bancada da ARENA, que estamos, hoje, praticamente na última sessão do período, e que o uso desse expediente, postergaria a análise deste documento, para somente o reinício de nossos trabalhos legislativos, em agosto.

É válido e regimental o expediente, mas para que pudéssemos ter economia, endereçaria apelo à bancada da ARENA que, se necessário fôr, que se discuta no momento próprio este requerimento, e se entender aprová-lo, ou reprová-lo, que o faça ainda na sessão de hoje, para que possamos também adotar outras medidas que o Regimento Interno e a Lei nos permitam para conhecer as intenções da proposta.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, segundo orador inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Recentemente este Plenário aprovou o Projeto de Lei 102/76, do emérito Deputado Ivo Thomazoni, líder do Governo, nesta Casa.

Embora aquele plano de lei estivesse eivado de inconstitucionalidade, recebeu, inclusive, na sua tramitação, pareceres pela aprovação, tanto da douta Comissão de Constituição e Justiça como de Finanças.

Esta última, tendo conhecimento amplo que o projeto implicava em aumento de despesa pública, mesmo assim, aprovou, sem qualquer observação o parecer pela aprovação do referido projeto transformando-o em lei.

Às vezes e em muitas oportunidades, nossa consciência tem de tomar posição diferente das determinações legais e, nesta oportunidade, deve prevalecer o fator fundamental, o sentimento. O que observamos, é que o Governador do Estado do Paraná, não mais poderia subsistir condignamente, com os vencimentos que recebe atualmente. Aliás, isso é hoje em nosso País, um fato generalizado. Entendeu o nobre Deputado Ivo Thomazoni, entendeu a Comissão de Constituição e Justiça, entendeu a Comissão de Finanças, e o próprio soberano Plenário desta douta Casa de leis, em aprovar o Projeto 102/76, praticando, acima de tudo, um ato de elevada justiça, mesmo sendo o projeto eivado de ilegalidade constitucional.

O Sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento)

Quando V. Exa. dá a paternidade do Projeto 102/76, ao líder da ARENA, queira fazer uma retificação; não incorra V. Exa. no mesmo erro que o jornal cometeu, e dê também a paternidade do Projeto ao Líder do MDB.

O SR. LÚCIO MACHADO — Perdoe, nobre Deputado, mas

de fato não tenho conhecimento inteiro do projeto.

O Sr. Ivo Thomazoni — Mas deveria ter conhecimento desse fato.

O SR. LÚCIO MACHADO — Na pauta do projeto.....

O Sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. deixe de fazer demagogia.

O SR. LÚCIO MACHADO — Na pauta está escrito, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni.

O Sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. está dando validade ao que se disse fora desta Casa. V. Exa. sabe de quem é o projeto de lei.

O SR. DEL CIEL — (Pela Ordem) Sr. Presidente, assim procedemos nesta oportunidade por constataremos que se persiste no desrespeito ao Regimento Interno da Casa, se impedindo que o orador continue com a palavra, interferindo, sem a concessão de apartes.

Apesar de ser uma manifestação do eminente líder arenista, solicitamos a V. Exa. que assegure a palavra ao orador.

O SR. IVO THOMAZONI (Pela Ordem) — Sr. Presidente, não entendemos a provocação do Deputado. Solicitamos ao Deputado Lúcio Machado permissão para apartear-lo e me foi concedida a permissão. E no aparte, solicitei que S. Exa. fizesse uma retificação. Não vejo desrespeito nisso. E não vou aceitar provocações.

O SR. DEL CIEL (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicitei que V. Exa. decidisse, porque S. Exa. já havia utilizado o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — A Mesa vai decidir a questão de ordem e comunica ao orador que a palavra continua com o Deputado Lúcio Machado.

Houve, naturalmente, um equívoco, o Deputado Ivo Thomazoni falou num aparte concedido. De forma que continua com a palavra, Deputado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em consequência, o Governo do Paraná terá agora uma ajuda de custo mensal a custo de uma representação extra, ou seja, mordomia que corresponde o valor dos subsídios que recebia até a aprovação daquela lei. Dobrando, portanto, estas condições e mantendo estas condições através de estabelecimento legal de reajustabilidade em qualquer oportunidade em que se fizer necessário. Este Poder, ao debater o Projeto de Lei, 102/76 demonstrou que possui realmente a soberania que deverá ter o Parlamento no trato dos negócios, dos interesses do Estado. Não importou nem às Comissões a inconstitucionalidade flagrante do projeto. Agi com a consciência, reconhecendo a necessidade de aprovação do Plano de Lei ao qual argüimos nesta oportunidade.

A nossa observação sobre o acontecimento se reveste da alta admiração a este Parlamento que nos honramos em também a ele pertencer. Que singularmente, sai do recôndito de um excessivo cuidado e até, de um profundo respeito à lei, para penetrar no estreito de uma posição que deveria ser sempre a sua posição, a de legislar sempre sobre os fatos reclamados pelo Estado e pelos seus servidores.

É o Governo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como todos os que prestam serviço ao Governo e ao Estado em todas as suas áreas, considerado funcionário público, como tal não poderia ficar relegado à submissão ou imposição de vencimentos que não comporta as suas necessidades de subsistência e de representação. Por isso mesmo, a soberania deste Poder se manifestou pela determinação da consciência pública, quando sabendo que o Projeto então, apesar de inconstitucional, teria o objetivo de corrigir distorções imprevistas criadas pelo alarmante sucesso da inflação desenfreada que vive este País.

O Sr. Deni Schwartz — V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento)

Deputado Lúcio Machado, me parece que nós estamos tratando de matéria já vencida. E da maneira como estamos tratando, até desmerece este Poder. Gostaria de dizer ao nobre

colega, trabalhador colega Lúcio Machado, que não é verdadeiro que a Comissão de Constituição e Justiça tenha aprovado um projeto que fosse inconstitucional.

Pelo artigo 22 da Constituição Estadual, no seu inciso segundo, nós temos o seguinte: "Fixar o subsídio e ajuda de custo dos Deputados, bem como subsídios e representação do Governador e Vice-Governador, observados os limites estabelecidos pela Constituição Federal".

Deputado Benedito Lúcio, este projeto foi discutido na Comissão de Constituição e Justiça e, sem entrar no mérito, a Comissão de Constituição e Justiça o julgou constitucional. Porisso a retificação.

De outra parte, Deputado Benedito Lúcio Machado, eu, nesta oportunidade, quero dar o meu testemunho porque participei de uma reunião da bancada do MDB, e, nesta reunião, o nosso Partido aprovou por unanimidade ao julgar o mérito, achar de direito.

Porisso, sendo matéria vencida, não sendo inconstitucional, e, no mérito, a bancada tendo-se pronunciado, parece-nos que se voltarmos à mesma, nada mais estaremos fazendo do que diminuir este Poder, por ter este Poder, se errado mas pelo menos, tomado posição.

As duas bancadas se manifestaram favoráveis e agora, se recriminarmos, será apenas uma diminuição ao Poder.

Obrigado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Nobre Deputado Deni Schwartz. V. Exa. havará de convir que não estamos.....

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica ao nobre Deputado que tem mais um minuto para terminar.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, com o devido respeito, eu diria a V. Exa. que tenho ainda 15 minutos.

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. naturalmente sabe que existe uma resolução que concede aos oradores inscritos 30 minutos e, aos líderes, mais 30 minutos.

De modo que a primeira hora termina dentro de meio minuto.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, pediria a V. Exa. que me desse por gentileza a data dessa resolução.

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. quer a data da publicação, que é a que tem valor: sexta-feira, 11 de junho de 1976.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, nós estamos no dia 29 de junho e, hoje.....

O SR. PRESIDENTE — Acontece, Sr. Deputado, que o Diário da Assembléia está sempre em atraso. Dia 11 de junho é o dia em que foi aprovada a resolução impressa e, tendo sido publicado no dia de ontem, entra em vigor hoje. Não poderia entrar em vigor antes de sua publicação. Por esta razão é que só hoje, antes de iniciar o expediente, a Mesa anunciou que entrava em vigor a Resolução 45/76.

O SR. LÚCIO MACHADO — Eu concluo Sr. Presidente. Eu usei do acontecimento referente ao Projeto 102/76, transformado em lei, para pedir que a soberania deste Plenário se mantenha principalmente agora, quando entro pela terceira vez com um requerimento pedindo o reajuste e a reclassificação dos funcionários públicos deste Estado que estão a morrer de fome, porque o Governador deve e tem que ser considerado como funcionário público; não é só reajustar vencimentos dos que ganham muito. É necessário que, acima de tudo, se reajuste o vencimento dos funcionários públicos deste Estado que recebem o salário de miséria e se é obrigado a gritar, todos os dias, desta tribuna, pedindo justiça a esta classe injustiçada.

Desta feita, Sr. Presidente, no segundo que me resta, entrarei com o segundo requerimento, pedindo que se envie mensagem neste sentido, ao Governador do Estado do Paraná, pedindo o projeto de lei de reclassificação e reajuste dos vencimentos dos funcionários públicos deste Estado: (Lê)

"Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja enviada mensagem ao Sr. Governador do Estado do Paraná, solicitando projeto de reclassificação e reajuste dos vencimentos dos funcionários públicos do Estado.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1976.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. OSVALDO MACEDO — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tendo V. Exa. declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni; quinze minutos para S. Exa.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Confesso que, sentado ali, antes de decidir vir à tribuna, rezei, Sr. Presidente, para que pudesse manter a serenidade tão necessária para a hora presente. O que me revolta, Sr. Presidente, estar assistindo, nesta Casa, às custas da honra e da dignidade de um Parlamentar, a façã demagógica eivada, qua atribui a este Deputado de autoria de.....

O Sr. Lúcio Machado — Sr. Presidente, estou sendo atacado de forma até violenta. Já fui cerceado da liberdade de concluir o meu trabalho na tribuna.

Agora, o nobre Líder dá o aspecto de demagogia e me trata de autor de demagogia no meu pronunciamento.

Gostaria de pedir à Mesa que tomasse as providências no sentido de que o respeito fosse mantido, assim, como é exigido quando estou na tribuna.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa responde à questão de ordem de V. Exa. não foi cerceado em coisa nenhuma. A Mesa apenas cumpriu o Regimento Interno e, não há Deputado nesta Casa que tenha tido mais liberdade para falar, que V. Exa. O Deputado Ivo Thomazoni está com a palavra; quando se dirigiu a V. Exa., pediu aparte e, V. Exa. deve pedir aparte para contestar.

Entretanto, a Mesa pede ao orador, como pede a todos os oradores, que evitem de atingir, pessoalmente, a cada um, qualquer um de nossos colegas. E pede a serenidade que sempre tem demonstrado, na tribuna e fora dela, para que mantenha a classe parlamentar, que é paradigmática de S. Exa.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Ninguém mais do que V. Exa. pode testemunhar que as Lideranças da ARENA e do MDB foram instadas a estudar o problema levantado por V. Exa. que dizia respeito, Sr. Presidente à necessidade urgente de atender dispositivo constitucional legislarmos no sentido de evitarmos que o Governador e o Vice-Governador do Paraná continuassem percebendo vencimento inferior.....

O SR. ACCIOLY NETO — Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Está V. Exa. com a palavra, pela ordem.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, dispõe o Regimento Interno, artigo 152, que é proibido expressamente ao Deputado, discutir matéria vencida, podendo apenas enviar à Mesa simples declaração escrita de veto.

Ocorre, Sr. Presidente, que antes do eminente Deputado Ivo Thomazoni, ocupou a Tribuna o não menos ilustre Deputado Lúcio Machado. E ambos, Sr. Presidente, no meu modo de entender, data vênua, estão discutindo matéria vencida. E, nessas condições, eu requeiro à Mesa que interprete o sentido de matéria vencida, para efeito de decidir esta Questão de Ordem.

O SR. LÚCIO MACHADO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra V. Exa.

O SR. LÚCIO MACHADO — Apenas para um esclarecimento Sr. Presidente, o nobre Deputado Accioly Neto faz uma acusação que julgamos improcedente. Nós não discutíamos, em absoluto o Projeto de Lei 102/76. Apenas nos servíamos dos fatos para justificar o nosso pedido de aprovação ao requerimento

de reajuste e reclassificação dos funcionários públicos.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa decide que, podendo ocupar a tribuna num assunto de livre escolha, não vê que os Deputados que antes falaram discutissem uma matéria vencida. Estão apenas se reportando à matéria que foi votada na Assembléia, mas não discutindo a matéria vencida, a matéria em si.

O SR. ACCIOLY NETO — Pela ordem Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra. V. Exa.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, data vênha, me permita que puse ser insistente, mas V. Exa. não define o que eu pedi, isto é, o que vem a ser matéria vencida? V. Exa. me desculpe, mas eu sou recém eleito e não conheço o que vem a ser matéria vencida.

O SR. PRESIDENTE — Sr. Deputado, a matéria vencida está no capítulo I, da Discussão da Matéria. Depois que a matéria for vencida e estiver em discussão, com o mesmo projeto, a matéria vencida não deve voltar a ser discutida.

No caso, como o Deputado tem livre escolha e pode falar sobre o que quiser, no momento em que está na tribuna, de acordo com o nosso Regimento Interno, não vejo a forma de que possa a Mesa negar ao Deputado o seu propósito, mesmo o mérito de uma questão.

O que não pode é matéria vencida, no Capítulo Das Discussões. No meu entender, se está um projeto de lei sendo votado e um artigo foi vencido e continua a discussão do projeto de lei em outros artigos, que passe então o Deputado a discutir aquele artigo que já esteja vencido.

No momento, nós estamos aqui em discussão. Está com a palavra, no Grande Expediente, o Deputado que tem direito de ser reportar a qualquer matéria, matéria de livre escolha.

Portanto; só no período das discussões é que entende a Mesa que é vedado ao Deputado voltar a discutir matéria vencida.

O SR. ACCIOLY NETO — Pelo que eu pude entender, Sr. Presidente, neste diálogo com V. Exa., toda e qualquer matéria submetida à deliberação da Assembléia pode ser interminavelmente discutida.

O SR. PRESIDENTE — Na hora do Expediente é evidente, pois é livre escolha, Sr. Deputado.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, quem levanta uma questão de ordem sou eu, Sr. Presidente. Data vênha do respeito que eu quero manter permanente, o Deputado Lúcio Machado que por favor, se mantenha sentado.

Tenho alguns minutos, nesta tribuna, Sr. Presidente.

Vou atender as ponderações de V. Exa. e dos eminentes Deputados e não vou falar na matéria. Vou apenas fazer algumas rápidas considerações, procurando, Sr. Presidente, não envolver a figura impoluta, e caráter sem jaça, sem mácula, da respeitabilidade tão alta, do eminente, ilustrado e inteligente, Deputado Benedito Lúcio Machado.

E digo isso com convicção, reconhecendo nele, estas qualidades de altivo representante da gente paranaense nesta Casa.

Mas me seja possibilitado dizer, Sr. Presidente, que estou nos últimos dias, Sr. Presidente, Srs. Deputados, magoado porque machucado; agredido, pisado, porque me dão paternidade de uma iniciativa de Lei que não é só minha, que a considero justa porque a subscrevi, mas a teimosia, Sr. Presidente, e me jogar à cara, iniciativa de lei como se fora próprio de bajulador, e isso eu não aceito.

Vejo hoje, no grande, prestigioso jornal "O Estado do Paraná" estampadas declarações do bem votado, do grande votado, representante do Paraná, Deputado Gamaliel.

Vejo hoje, outro Deputado desta tribuna, Sr. Presidente, usando da mesma tática. Não quero me nivelar, Sr. Presidente.

É contra isto que eu estou revoltado; por ver aqui nesta Casa, que me faltam com o respeito que eu devo merecer. É contra isto, que eu tenho o direito de levantar a minha

vóz, por não suportar mais que pisem em mim, sob pena, Sr. Presidente, de eu acabar com a minha vida, desta tribuna. Se sou Deputado e homem público há vinte anos; se continuo vivendo do meu salário; se continuo pobre, se continuo pagando pelo BNH, a minha casa, com as minhas pequenas prestações em armazéns, Sr. Presidente, será que tenho que continuar a ser pichado, por quem meu Deus?, por homens que não têm um passado na vida pública que eu tenho que não têm a dignidade de pisar no chão que eu piso. É contra isso, Sr. Presidente, que eu me revolto. Se eu me revoltar, Sr. Presidente, declaro que estou disposto a ir às últimas consequências, sobre aqueles que não respeitam a mim, a minha família. E vejo em casa, as minhas filhas chorando todas as noites, a dizerem que não sou respeitado nem por aqueles que me devem ao menos, a consideração do voto, do trabalho, do sacrifício, e uma eleição que eu ajudei a fazer. Para que se continue mentindo, para que se continue pisando, é isso, Sr. Presidente, noites indormidas, nos trazem hoje aqui com a moral elevada e com a consciência tranqüila, para dizer que repilo, que repilo, esta tática e esta prática demagógica que se pretende fazer às minhas custas. É contra isto, Sr. Presidente, que eu me revolto e saio desta tribuna. Para pedir pelo AMOR DE DEUS, que este assunto não seja mais focalizado nesta Casa. Atirando-me à cara, a iniciativa que não foi só minha, e se sabe que não é minha.

Quem vem a esta tribuna, para fazer coro a uma notícia maldosa de um jornal. E vem fazer coro quem sempre considerei nesta Casa. Pelo amor de Deus, acabem com esta tática. Deputados. Muito obrigado. (Palmas).—(Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Senhores Deputados.

Sobre a Mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente. Necessita de apoio. APOIADO.— Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria dos Srs. Deputados Ernesto Gnoato e Ivan Rüppel, constante do expediente. Necessita de apoio. APOIADO.— Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 97/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 177/76, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Prefeitura Municipal de Cambé, visando a regularização e implantação dos Serviços de Segurança contra Incêndios, e a prestação de socorros públicos na área do referido município.— Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 100/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 175/76, que aprova Termo e Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de Apucarana, visando implantação dos Serviços de Prevenção, Combate a Incêndios, Busca e Salvamento e outras calamidades, na área do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 101/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - ex-Proposição 176/76, que aprova o Convênio celebrado pelo Governo do Estado, com o município de Umuarama, objetivando a Implantação dos Serviços de Prevenção, Combate a Incêndios, Busca e Salvamento e outras calamidades, na sede do referido muni-



cípio. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.—Aprovado.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 54/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 45/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Santa Izabel do Oeste, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam o Grupo Escolar Guilherme de Almeida e a Unidade Escolar de 1.<sup>o</sup> Grau, da sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 55/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 53/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Assis Chateaubriand, objetivando execução de melhorias no prédio onde funciona o Ginásio Estadual, da sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.—Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Catharino Zanellato, ocorrido nesta Capital.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Natalia Salomon Bochino.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, enfatizando a necessidade em saber se existe responsabilidade ou responsável no Laboratório Geral do Estado, tendo em vista ter sido feito exames que não coincidem com o resultado fornecido por outros laboratórios.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja encaminhada sugestão ao Sr. Presidente do INPS, no sentido de criação e instalação de um posto de atendimento na cidade de Palmeira.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministro das Minas e Energia, Ministro da Agricultura e Presidente da ELETROBRÁS, no sentido de que se reformule o critério da eletrificação rural.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Universidade Estadual de Ponta Grossa, na pessoa do Dr. Álvaro Cunha Rocha, coordenador do Projeto CHUTAC - Ponta Grossa, desenvolvido por aquela instituição de Ensino, no Distrito de Itaiacoca.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do IPE, encarecendo junto ao mesmo a necessidade de urgente nomeação ou designação de agente desse Instituto para atendimento na cidade de Nova Londrina.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Departamento de Estudos Econômicos do BANESTADO S.A., no sentido de que informe sobre o andamento dos estudos de viabilidade sócio-econômica para implantação de agência na cidade de Amaporã.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Diretor Superintendente do SINAP, solicitando, junto ao mesmo,

mo, imediatas e drásticas medidas contra a exploração perpetrada ao consumidor, por panificadores.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando sejam expedidos ofícios aos Srs. Secretário de Educação e Cultura e ao Superintendente da FUNDEPAR, pedindo providências para regularização da situação da Unidade Polo de 1.<sup>o</sup> Grau, sediada na cidade de Barbosa Ferraz.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, lido da tribuna, solicitando seja encaminhada sugestão à Federação Paranaense de Futebol, Confederação Brasileira de Desportos e à Caixa Econômica Federal, no sentido de incluir nos testes da Loteria Esportiva, os jogos disputados pelo Campeonato da Primeira Divisão de Futebol Profissional do Estado do Paraná.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da TELEPAR, no sentido de que informe o andamento da instalação dos postos telefônicos das cidades de Cruz Machado, Bituruna, General Carneiro, Porto Vitória, Paula Freitas e Paulo Frontin.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro dos Transportes, em forma de sugestão, no sentido de que aquela autoridade estude a viabilidade da construção de uma via de acesso ligando a BR-153 à cidade de União da Vitória.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do discurso proferido pelo Sr. Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado, quando da inauguração do novo edifício do Fórum da Comarca de Bandeirantes.— APROVADO. (O discurso acha-se publicado no final desta ata.)

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Sociedade Evangélica Beneficente, pela passagem do 33.<sup>o</sup> aniversário de fundação solenemente comemorada no dia 25 p. passado.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que seja estudado, com urgência uma melhoria aos Delegados de Polícia de carreira, em seus vencimentos.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, lido da tribuna, solicitando seja encaminhada sugestão ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que seja encaminhada a esta Casa, mensagem de reclassificação e reajuste dos vencimentos dos funcionários públicos do Estado.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Governador do Estado, referente às viagens dos diversos setores da administração.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao automobilista Olício dos Santos, de Assis Chateaubriand, pela sua atuação brilhante, durante o Campeonato Paranaense da última temporada da Divisão Classe A.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da República e diversas autoridades, encarecendo a reformulação da Resolução 62, de 28-10-75, propondo que o Estatuto normativo que disciplina o endividamento interno nos Estados e Municípios, eficaz e necessário no momento em que o país atravessa aguda crise, seja reformulado admitindo pelo menos a continuidade das metas sociais preconizadas pelo governo. APROVADO.

do ilustre Deputado Valter Pietrângelo é um requerimento assinado por ele, é um ofício, uma carta, uma mensagem assinada por ele e enviada ao Sr. Presidente da República. De modo que a aprovação ou não aprovação não influi porque S. Exa. pode mandar, a Mesa acha que pode mandar. É um ofício encaminhado pelo Sr. Deputado Valter Pietrângelo. Não é a Assembléia que está se manifestando.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra, pela ordem.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Nesse caso, não há necessidade de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa acha que não há necessidade, por isso dei por aprovado. Já que o requerimento estava na Ordem do Dia, e já com a discussão adiada da sessão anterior, não havia forma de retirar. Mas conservei.....

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, se foi posto em votação, nós gostaríamos que fosse verificada a votação nada impedindo com isso, que a Presidência encaminhe a pedido do Deputado.

O SR. PRESIDENTE — Perfeitamente. A Mesa porá em votação o requerimento do Deputado Valter Pietrângelo. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram conservar-se como estão. **Rejeitado.** De qualquer forma, a Mesa encaminha a mensagem do Sr. Deputado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 30, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs 50/76, 51/76, 52/76, 53/76, 58/76, 60/76, 102/76 e de Lei n.ºs 117/76, 14/76, 43/76, 48/76, 49/76, 51/76, 55/76, 56/76, 57/76, 60/76, 64/76 e 66/76.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 54/76 e 55/76. Levanta-se a sessão.

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DE AUTORIA DO SR. DEPUTADO FUAD NACLI, EM SESSÃO DO DIA 29/06/1976.**

“Na oportunidade auspiciosa da inauguração do novo edifício do Forum da Comarca de Bandeirantes, a presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, crê adequado e necessário expressar seu júbilo em ter podido corresponder, com este ato, aos anseios de expansão e prosperidade de uma população que, sob a inspiração da mística advinda do próprio nome que ostenta, vem somando bravamente sua parcela de labor e entusiasmo ao ritmo de desenvolvimento sócio-econômico que avassala assim o Paraná como todo o Brasil.

Os méritos desta obra pertencem, em última análise, à própria comunidade de Bandeirantes, cujo crescimento e ânimo de trabalho acabaram por impor-se ao reconhecimento dos poderes constituídos, que mais não fazem hoje do que premiar-lhe o esforço de construir o bem-estar coletivo e de espalhar-se na conquista do progresso.

Agora dotado de instalações compatíveis com a transcendência de sua missão de preservar a ordem e garantir a paz, o foro de Bandeirantes passa a assinalar e evidenciar, com redobrado vigor, a presença austera do Direito no meio de uma sociedade que busca envolver disciplinadamente,

E a vocação do Direito é justamente prover à disciplina da vida social, dentro da qual os indivíduos possam acomodar-se de tal modo que as angústias, as perplexidades, as reações contraditórias e pessoais de cada qual não prejudiquem o desempenho do sistema estabelecido de legalidade.

O Direito - frise-se - tem sede de segurança. Seu fim específico e primordial é preservar a legalidade fornecedora dos critérios mediante os quais um mínimo de segurança permita ao mundo social produzir, dispor e gozar dos bens, dirimir con-

flitos materiais entre as pessoas e instituições, inibir ou castigar as ações consideradas nocivas, velar para que a liberdade de uns não lese a de outros, fixar as condições para a validade das manifestações da vontade individual, visando com isso tudo a ensinar estabilidade e condições pacíficas de funcionamento à ordem existente.

Sabido que a ignorância ou o falso conhecimento da lei a ninguém desobriga de seu cumprimento, não se pode conceber a vida comunitária, num mundo que se pretende civilizado, sem que a autoridade e o império da lei se exerçam incondicionalmente sobre todos.

Incúria seria negar a imprescindência de um organismo capaz de sobrepor-se a todos os interesses individuais, a fim de tornar possível a convivência harmônica dos homens em grupo, suavizando os entrecosques e perturbações nascidos da luta e do desnível das vontades, do mar convulso de desejos oportos e incontrolláveis.

A constatação de verdade assim irrecusável enfatiza a relevância que se há de necessariamente conceder ao Poder Judiciário, pois que nele repousa a garantia eficaz do equilíbrio social, sem o que os mais alevantados ideais e virtudes da civilização se esboroam no descabro e nos casos.

Bem aparelhar o organismo jurisdicional sobreleva como dever a que, eventualmente o dirige; e é essa consciência do dever a cumprir que temos procurado fazer permeie o exercício de nosso mandato, para que jamais ocorra sejamos acusado de omitir-nos em nossa tarefa precípua de atestar a plena vitalidade da ordem jurídica em nosso Estado.

Com a entrega do novo Forum de Bandeirantes, damos por atingida mais uma etapa de nosso programa de administração. Por isso, o regozijo que ora experimentamos, legitimamente é o de quem sabe não haver tergiversado na estrita exação do dever, contribuindo para fortalecer a consciência jurídica social nesta Comarca.

Não ignoramos, todavia, que o erguimento desta obra é o resultado da colaboração e do empenho de muitos; e a todos, pois, que cooperaram para fazer do sonho de ontem a realidade de hoje, ainda que anonimamente, queremos hipotecar nossos agradecimentos, lembrando-lhes que servir à felicidade e riqueza coletivas é o maior título de glória a que podemos aspirar, dado que só então logramos romper o círculo egoístico de nossas necessidades pessoais para compor a comunhão dos que anelam exercer e vivenciar a solidariedade humana.

E, se é justo rendamos nossa admiração aos batalhadores dos dias presentes, é igualmente imperiosotributemos nossa homenagem ao pioneirismo dos construtores de Invernada, nome primitivo desta comunidade, lembrando figuras como João Cravo, Rolando Marcondes, Azarias Ribeiro de Rezende, Antônio Mateus, Alberto Farias Cardoso, Amiral Henrique, Leandro Ragazzi, Eurípides Mesquita Rodrigues, Ozório Gonçalves Nogueira, José Gabeloni, Antenor Moretti, Pedro Rocha, Luís Antônio, Vitório Storrer, Josué Alves Aranha e tantos outros.

Da mesma forma, não poderíamos olvidar o contributo imperecível do Dr. Raphael Antonacci, 1.º Prefeito de Bandeirantes, e do Des. Miguel Thomaz Pessoa, então Juiz Substituto, que em data de 19 de janeiro de 1949 instalou a Comarca.

Enfim, a quantos tiveram participação, por modesta que fosse, nas diligências que vêm de culminar neste ato solene, a gratidão muito sincera do chefe do Judiciário paranaense, que muito se honra em partilhar as alegrias de toda a nobre população de Bandeirantes, aqui representada por suas autoridades e vultos mais proeminentes.

Muito obrigado.

(Palavras proferidas pelo Presidente do Tribunal de Justiça, Des. Henrique Nogueira Dorfmond, na inauguração do novo Edifício do Forum de Bandeirantes)."

## RESOLUÇÃO N.º 58/76

DATA: 25 de Junho de 1976.

SÚMULA: Aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o Município de Mandaguari, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Posto de Puericultura, na sede do referido Município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

- Art. 1.º Fica aprovado o Convênio celebrado em 23 de Setembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o Município de Mandaguari, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Posto de Puericultura, da sede do referido Município.
- Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 25 de junho de 1976.  
PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente.

## RESOLUÇÃO N.º 59/76

DATA: 25 de Junho de 1976.

SÚMULA: Aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o Município de Manoel Ribas, objetivando execução de reparos onde funcionam as Escolas que especifica, na sede do referido Município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

- Art. 1.º Fica aprovado o Convênio celebrado em 03 de outubro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o Município de Manoel Ribas, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam as Escolas Estaduais Nossa Senhora Aparecida, Marechal Floriano, Santa Ana, Santa Terezinha, Lauro Müller e Princesa Izabel, da sede do referido Município.
- Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 25 de Junho de 1976.  
PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente.

## RESOLUÇÃO N.º 60/76.

DATA: 25 de Junho de 1976.

SÚMULA: Aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração, com o Município de Paranacity, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar "Romário Martins" e o Ginásio Estadual "Maria José Rocha Braga", na sede do referido Município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

- Art. 1.º Fica aprovado o Convênio celebrado em 07 de outubro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o Muni-

cípio de Paranacity, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Romário Martins e o Ginásio Estadual Maria José Rocha Braga, da sede do referido Município.

- Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 25/06/76.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente.

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

## OITAVA LEGISLATURA

## SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA

## ATA DA DÉCIMA REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e setenta e seis, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação sob a presidência do deputado BASÍLIO ZANUSO: Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o deputado LUIZ ALBERTO OLICEIRA apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI 09/76 - de autoria do deputado BASÍLIO ZANUSO, que declara de utilidade pública o Conselho Comunitário de Obras Sociais, com sede e foro na cidade de Nova Esperança. PROJETO DE LEI 19/76 - de autoria do Poder Executivo - Mensagem 41/76, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva reconhecer a estabilidade prevista no parágrafo segundo, do artigo 177, da Constituição Federal de 1967, aos professores que em 15 de março de 1967, contavam com mais de 5 (cinco) anos de exedício nas respectivas funções. PROJETO DE LEI 26/76 - de autoria do deputado LUIZ CARLOS ZUK, que declara de utilidade pública a Associação Pontagrossense de Assistência à Criança Defeituosa, com sede na cidade de Ponta Grossa. PROJETO DE LEI 29/76 de autoria do deputado JOÃO CIONI NETO, que eleva de 9 (nove) para 11 (onze) o número de Vereadores da Câmara Municipal de Umuarama. PROJETO DE LEI 42/76 - de autoria do deputado FIDELCINO TOLENTINO, que declara de utilidade pública a Sociedade Espírita Irmandade de Jesus, com sede na cidade de Cascavel. PROJETO DE LEI 46/76 - de autoria do deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de utilidade pública a Missão Evangélica Betânia, com sede na cidade de Altônia. PROJETO DE RESOLUÇÃO 04/76 - de autoria da Comissão de Tomada de Contas - ex-Proposição 12/71, que aprova prestação de contas deste Poder Legislativo, relativas ao exercício financeiro de 1970. PROJETO DE RESOLUÇÃO 05/76 - de autoria da Comissão de Tomada de Contas ex-Proposição 36/71 - que aprova a prestação de contas do senhor deputado HAROLDO BIANCHI, pela verba de assistência social do exercício de financeiro 1970. PROJETO DE RESOLUÇÃO 06/76 - de autoria da Comissão de Tomada de Contas - ex-Proposição 120/72 - que aprova a prestação e contas referente ao exercício financeiro de 1971, bem como o Relatório Geral da Contabilidade desta Assembléia Legislativa, PROJETO DE RESOLUÇÃO 07/76 - de autoria da Comissão de Tomada de Contas - ex-Proposição 113/74, que aprova a prestação de contas do Poder legislativo, referente ao exercício financeiro de 1973. PROJETO DE RESOLUÇÃO 08/76 de autoria da Comissão de Tomada de Contas - ex-Proposição 142/75, que aprova a prestação de contas deste Poder Legislativo referente ao exercício financeiro de 1972. PROJETO DE RESOLUÇÃO 09/76 - de autoria da Comissão de Tomada de Contas - ex-Proposição 143/75, que aprova o Balancete de Verificação referente ao mês de abril, encaminhado pela Contadoria Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa.

ferente ao exercício financeiro de 1973. PROJETO DE RESOLUÇÃO 46/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça 26/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de Laranjeiras do Sul, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Aluísio Mayer, da sede do referido Município. PROJETO DE RESOLUÇÃO 47/76 - de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - ex-Proposição 29/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o Município de Mandaguari, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Posto de Puericultura, na sede do referido Município. PROJETO DE RESOLUÇÃO 48/76 - ex-Proposição 30/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o Município de Manoel Ribas, objetivan-

do a execução de reparos nos prédios onde funcionam as escolas que especifica, na sede do referido Município. PROJETO DE RESOLUÇÃO 49/76 - de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - ex-Proposição 33/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o Município de Paranacity, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Romário Martins e o Ginásio Estadual Maria José Rocha Braga, da sede do referido Município. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Lélío Guimarães sotto-Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.....

a) BASÍLIO ZANUSSO — PRESIDENTE

a) Lélío Guimarães Sotto Maior — Secretário.